

Terça-feira, 3 de março de 2009



MUNICÍPIO DE GUARANIACÚ

Estado do Paraná  
CNPJ nº 20.818.000/01-55

LEI Nº 457/2009

SÚMULA: REGULAMENTA, NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARANIACÚ, A DISPOSIÇÃO DO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaraniacú, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Para os efeitos do parágrafo 3º, do artigo 100, da Constituição Federal, consideram-se, como de pequeno valor, para pagamento independente da expedição de Ofício Precatório, as obrigações do Município decorrentes de sentença judicial transitada em julgado, de valor inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos nacionais.

Parágrafo único - O valor estabelecido neste artigo refere-se ao crédito total da sentença condenatória transitada em julgado, independentemente do número de credores.

Art. 2º - Fica autorizado o Município a efetivar o pagamento no prazo de até 60 dias, após o trânsito em julgado da sentença condenatória do valor devido ao credor, independente de qualquer requisição da respectiva ação.

Art. 3º - As obrigações de valor superior ao estabelecido no artigo 1º desta Lei, serão, obrigatoriamente, satisfeitas mediante precatório, salvo se o credor renunciar expressamente ao valor excedente.

Parágrafo Único - A renúncia de que trata este artigo poderá ser expressa em qualquer fase do processo. Entretanto, caso seja expressa após a expedição do precatório, o pagamento somente será efetuado após a transformação, pelo Tribunal respectivo, do precatório em requisição de pequeno valor.

Art. 4º - Tanto na hipótese de pagamento direto ao credor, quanto na de depósito judicial do pagamento, o Município não deverá, em nenhuma hipótese, ser responsabilizado, em qualquer caso, sobre os serviços de qualquer natureza, e as contribuições previdenciárias.

Parágrafo Primeiro: Havendo pluralidade de ações que se enquadram no disposto do art. 1º desta Lei, a Lei Orçamentária deverá determinar, previamente, o montante anual a ser destinado ao pagamento das respectivas decisões judiciais.

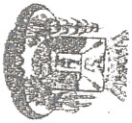
Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2009.

CI-4383-E9  
Juraci Rolando Casella  
Prefeito Municipal

N.º DE ORDEM	013/2009
ESPECIE	LOCAÇÃO
PARTES	MUNICÍPIO DE ANAHY
OBJETO	Locação de imóvel comercial destinado à instalação de indústria nos termos da Lei Municipal 131/96.
VALOR	R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais
VIGÊNCIA	26/02/2009 a 31/12/2009
DATA	26 de fevereiro de 2009
FORO	CORBÉLIA
ASSINATURAS	JOACIR ANTONIO LAZZARETTI LUIS SATURNINO

CI-4375-E9



MUNICÍPIO DE GUARANIACÚ

Estado do Paraná  
CNPJ nº 20.818.000/01-55

LEI Nº 456/2009

SÚMULA: Dispõe sobre a CÉDENCIA de servidora do Município e estabelece outras providências.

A Câmara Municipal de Guaraniacú, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a CEDER a Servidora MARGARETE CHAVES PANHO, Professora no Município de Campo Bonito, Estado do Paraná, para prestar serviços no mesmo cargo em que foi investida, com prazo de 09 de fevereiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, mediante autorização da disposição funcional através de Portaria ou Convênio, com ônus para o Município de Campo Bonito, Paraná.

Parágrafo Único. A servidora, para efeito desta Lei é funcionária legítima investida em cargo público, de provimento efetivo e ficará vinculada ao Município de Guaraniacú, regime estatutário, sem prejuízos no plano de cargos e salários, em cumprimento com a legislação em vigor e relatório das atividades desenvolvidas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de março de 2009.

CI-4382-E9  
Juraci Rolando Casella  
Prefeito Municipal

082440112-076 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
Fonte 33789 - Programa Fia 2008	R\$ 2.575,70
3.3.90.30.000 - Material de Consumo	R\$ 12.424,30
4.4.90.52.000 - Equipamentos e Material Permanentes	
Fonte 33778 - Programa Fia 2007	R\$ 48.255,28
3.3.90.39.000 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	
3.3.92.30.000 - Liberdade Cívica	R\$ 7.447,50
3.3.92.30.000 - Liberdade Cívica	R\$ 18.236,80
3.3.90.39.000 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	
4.4.90.52.000 - Equipamentos e Material Permanentes	R\$ 4.802,50
Fonte 33781 - Programa Fia 2006	
3.3.90.39.000 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	R\$ 32.797,77

Nas Vias: Duvidas: 61 - Centro - Fone: (41) 3265-1101 - Fax: (41) 3265-6110  
CEP: 81277-000 - São Miguel do Iguaçu - Paraná  
Site: www.sao miguel do iguaçu - pr.gov.br  
CNPJ: 16.766.492/0001-50

Total Suplementação: R\$ 1.095.890,95

Art. 2º - Para cobertura parcial do Crédito Adicional Especial aberto no artigo primeiro, ficam indicados os recursos previstos no art. 43 parágrafo 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64, o excedente de arrecadação das fontes:

Fonte 41673 - Operação do Crédito - Caminhos da Escola  
Fonte 31798 - Pró Juven Trabalho - Juventude Cidadã  
Total Excesso Arrecadação: R\$ 904.000,00

Art. 3º - Para cobertura parcial do Crédito Adicional Especial aberto no artigo primeiro, ficam suplantados os recursos previstos no art. 43 parágrafo 1º, inciso II da Lei Federal nº 4320/64, o excedente de arrecadação das fontes:

Fonte 33761 - Programa Fia 2006  
Fonte 33789 - Programa Fia 2008  
Fonte 33778 - Programa Fia 2007  
Fonte 33787 - Liberdade Cidadã  
Total Suplantar: R\$ 126.889,95

Art. 4º - Para cobertura parcial do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo primeiro, ficam indicados os recursos previstos no art. 43 parágrafo 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

0500 - SECRETARIA DE ASSUNTOS SOCIAIS COMUNITARIOS  
0906 - Fundo Municipal de Assistência  
0824100132084 - Atividades Apoio Integrantes Anos Dourados  
3.3.90.39.1167 - Outros Serviços Terceiros - P. Jurídica  
Fonte 1030 - Royalties  
Total: R\$ 25.500,00

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Miguel do Iguaçu, aos 27 dias do mês de Fevereiro de 2009.

Secretário de Desenvolvimento Econômico

Américo Luiz Polito  
Prefeito Municipal

CI-4402-E9